

# Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a Guerra Civil e Interregno na Inglaterra seiscentista (1640-1660)

JAIME FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR<sup>1</sup>

O presente artigo pretende refletir sobre como a historiografia pensou os usos da categoria e do conceito de “Revolução”, na interpretação dos eventos da Guerra Civil e do Interregno, durante a Inglaterra seiscentista. Procurou-se combater as posições e conclusões, ditas “revisionistas”, que, preferindo se utilizar de noções como as de “rebelião” ou “Grande Rebelião”, negaram o caráter revolucionário do conflito e a utilidade do termo “Revolução” na explicação do confronto entre Rei e Parlamento. A partir da crítica metodológica à historiografia “revisionista”, buscou-se apontar os motivos pelos quais ainda se mostra útil a aplicação da ideia de “Revolução”, enquanto categoria e enquanto conceito, na análise dos acontecimentos do meio século XVII inglês.

**Palavras-Chave:** Revolução Inglesa; Inglaterra seiscentista; historiografia inglesa; revisionismo; história dos conceitos; vocabulário político.

## *Historiographical reflections on the uses of the category and the concept of Revolution to the Civil War and Interregnum, in seventeenth-century England (1640-1660).*

This article aims to reflect on how the historiography thought uses the category and the concept of “Revolution”, in interpreting the events of the Civil War and Interregnum, during the seventeenth-century England. We sought to oppose the positions and conclusions, called “revisionists” who, preferring to use notions like “rebellion” or “Great Rebellion”, denied the revolutionary nature of the conflict and the usefulness of the term “Revolution” in the explanation of the confrontation between King and Parliament. From the methodological critique of the “revisionist” historiography, aimed to pinpoint the reasons is still useful the application of the idea of “revolution” as a category and as a concept in the analysis of the events of the middle seventeenth-century English.

**Keywords:** English Revolution; seventeenth-century England; English historiography; revisionism; history of the concepts; political vocabulary.

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), sob orientação do professor Luís Filipe Sivério Lima. Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Luís Filipe Silvério Lima, à Talita Sanchez, Verônica Calsoni, Rafaela Dias Chaves, Thamirys Gênova, Juliana Marques e Ricardo Egame da Silva pelas leituras, questões e sugestões levantadas, trazendo novas reflexões e apontamentos que auxiliaram na finalização deste texto. Igualmente, gostaria de deixar um agradecimento especial à Eunice Cristina Silva, pela solicitude, disposição e auxílio dispensado a todo o nosso grupo de pesquisa e a Profa. Dra. Márcia D’Aléssio, pelas aulas e pelo aparato teórico fornecido, que me fizeram pensar, dentro do meu tema, a “tensão entre Teoria e História”.

Como indica Eric Hobsbawm, as pessoas, quando enfrentam aquilo que o “passado não as preparou para enfrentar, [...] tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo”.<sup>2</sup> Se hoje, costumeiramente, utilizamos o indefinido “pós” (pós-moderno, pós-industrial, pós-colonial, *pós-qualquer coisa*), para tentarmos explicar um processo em andamento e que ainda nos é pouco claro, semelhante experiência acometeu homens e mulheres do século XVII inglês. Eram comuns descrições dos tempos vividos como confusos, turbulentos, agitados, desordenados, de ponta-cabeça, etc.<sup>3</sup> Como explicaríamos o julgamento e a condenação pública de um rei? Como explicaríamos o fim da Monarquia e a instauração de uma República? Como explicaríamos as drásticas mudanças que ocorriam? Às vezes, as possibilidades semânticas são um tanto limitadas e insuficientes para apreender experiências tão diversas.

Em grande parte, a tentativa de síntese desses eventos ficou a critério dos historiadores de épocas posteriores, que distanciados daquele turbilhão que parecia ter deixado o mundo fora dos eixos, tentaram propor chaves interpretativas e termos de análise para os fenômenos ocorridos entre 1640-1660. Foi assim que uma palavra, pouco utilizada nos textos e panfletos de diversos autores à época, passou a designar os acontecimentos daqueles anos: Revolução.

Tal conceito, segundo Koselleck, “é um produto linguístico de nossa modernidade”.<sup>4</sup> Anteriormente ligado a um movimento cíclico, relacionado ao curso dos corpos celestes, ou, em um âmbito mais político, à alternância nas formas constitucionais de governo, a partir do Iluminismo seu conteúdo semântico se alterará substancialmente. Revolução não mais significará um retorno ao ponto de partida e já experimentado, mas algo que parece se abrir ao novo em detrimento do velho, ao desconhecido, distanciando de um “espaço de experiência”, que proporcionaria não só mudanças políticas, mas também econômicas e sociais, libertando as nações da tirania e da opressão.<sup>5</sup>

Como sugere John Dunn, ao contrário de ideias como Democracia, Justiça, Liberdade, Igualdade, etc., que parecem significar “padrões normativos que os seres humanos sustentam contra a realidade social e política”, Revolução está associada a acontecimentos históricos reais, sendo a utilização do termo igualmente condicionada por esses eventos.<sup>6</sup> Assim, segundo Koselleck, a partir de 1789, houve uma modificação importante no campo semântico do conceito. Ele se transformou em um “coletivo singular”, parecendo “concentrar em si as trajetórias de todas as revoluções particulares”. Revolução tornou-se “um conceito *meta-histórico*, separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social”. Adquire, desta forma, “um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens envolvidos”.<sup>7</sup>

Desta forma, o século das Luzes e o impacto da Revolução Francesa não abalaram apenas as estruturas do Antigo Regime, mas também foram responsáveis por uma drástica transformação na forma de compreensão no que diz respeito às mudanças de um governo e de um sistema político, tanto para análises de eventos que ainda estavam por vir, quanto para aqueles já acontecidos. Os homens do século XIX não tiveram dúvidas do caráter revolucionário de suas demandas nas revoluções liberais que varreram a Europa naqueles tempos. Nem os historiadores hesitaram em voltar seus olhos ao passado em busca de precedentes e explicações para aquilo que vivenciavam

2 Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1917-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 282.

3 Ilan Rachum. ‘The Meaning of ‘Revolution’ in the English Revolution 1648-1660’. In: *Journal of the History of Ideas*. Vol. 56, n. 2, 1995, p. 195; Christopher Hill. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

4 Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 62.

5 John Dunn. ‘Revolution’. In: Terence Ball; James Farr; Russell L. Hanson (Ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Massachusetts, Harvard University Press, 1999; Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*; Eunice Ostrensky. *As revoluções do poder*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 26-29; Perez Zagorin. ‘The concept of revolution and the comparative history of revolution in early modern Europe’. In: \_\_\_\_\_. *Rebels and Rulers 1500 – 1600: society, states and early modern revolution. Agrarian and urban rebellions (V. I)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 5.

6 John Dunn. *Op. Cit.*, 333. Tradução Livre [normative standard which human beings hold up against social and political reality].

7 Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*, p. 69.

em seus dias. Foi neste momento que o embate entre Rei e Parlamento, acontecido na metade do século XVII, passou a ser visto como uma Revolução.

Antes, no entanto, havia a experiência da chamada "Revolução Gloriosa", assim reconhecida pelos coevos. No século XVIII seu sucesso não seria menos exaltado. Como notou Steve Pincus, os britânicos setecentistas eram fascinados por ela.<sup>8</sup> David Hume a enxergava como uma nova época na constituição. Já para John Wilkes, esta marcaria a era da liberdade na Inglaterra. Edmund Burke a louvava contra a radicalidade da sua congênera francesa e Adam Smith em decorrência dos benefícios econômicos trazidos pela ascensão de William e Mary.<sup>9</sup> Mesmo do outro lado do Canal da Mancha a Revolução de 1688 tinha seus admiradores. Voltaire a olhava com entusiasmo, pois, "em outros países, só fora possível chegar-se a revoltas e guerras civis sangrentas e infrutíferas".<sup>10</sup> Na *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert esta era vista como um evento necessário contra o mau governo de Jaime II.<sup>11</sup> A exaltação da "Revolução Gloriosa", durante o século XVIII, obscureceu o interesse pelos anos de 1640-1660, muitas vezes vistos como um período de fanatismo e fraqueza do espírito humano. Apenas no século XIX, como indica Pincus, a balança começaria a pender em favor da guerra civil inglesa, reconhecida, então, como um evento revolucionário.<sup>12</sup> Seria em 1826, que o historiador francês, François Guizot, cunharia a denominação pela qual seriam conhecidos os eventos ocorridos na Inglaterra, ao longo do século XVII: Revolução Inglesa.<sup>13</sup> Foi um reconhecimento de uma delimitação espacial e nacional simples e até óbvia, se relacionada com sua similar francesa, para acontecimentos um tanto quanto complexos, mas que naquele momento, conjuntamente com os eventos de 1688, passariam a ser reconhecidos como revolucionários.

No mesmo século XIX, vimos a consolidação de dois modelos epistemológicos dissonantes a respeito das interpretações sobre as causas das Revoluções, e que seriam basilares nas análises posteriores, tanto do caso francês, como do caso inglês.<sup>14</sup> De um lado tínhamos a interpretação liberal, que viu nos conflitos uma luta constitucional por direitos e pelo fim dos privilégios absolutistas, capaz de ordenar a sociedade para a liberdade comercial e para defesa da propriedade privada. De outro, tínhamos a tese do marxismo, que enxergou um embate entre uma classe ligada à aristocracia feudal e a burguesia, que procurava romper as amarras para o desenvolvimento do capitalismo, fazendo deste conflito revolucionário o próprio motor da História. O primeiro via a Revolução como estágio final para a consolidação dos direitos e da defesa da propriedade privada, o segundo como uma etapa intermediária até a Revolução vindoura, que instauraria o Comunismo e a propriedade coletiva na sociedade. Esta divergência, que polarizou as análises, foi responsável pelo distanciamento dos dois modelos, apesar de ambos "compartilharem uma perspectiva explicativa que insere firmemente o poder político dentro de uma história de mudança da organização social e econômica".<sup>15</sup> Essa dicotomia foi ainda mais exacerbada no século seguinte, devido ao papel inspirador que o marxismo teve na Revolução Russa e com as tensões ideológicas criadas entre o mundo capitalista e comunista.

Outra importante denominação para guerra civil inglesa seria cunhada também no século XIX. O historiador S. R. Gardiner, em 1876, proporia uma análise constitucional, em conformidade com sua inspiração levemente *Whig* (Partido de tendência liberal na Inglaterra), mas dando um importante enfoque nas motivações religiosas dos protestantes ingleses, durante o século XVII.

8 Steve Pincus. *1688: the first modern revolution*. New Haven, CT: Yale University Press, 2009, p. 14.

9 *Idem*, p. 12 e 21-24; Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 24; Edmund Burke. *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997; Adam Smith. *A riqueza das nações. Vol. 2*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 1170.

10 Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*, p. 68.

11 Consultado em: ARTFL Encyclopédie Project. Disponível em: <<http://artflx.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?p.13:237.encyclopedie0311>> Acesso em: 20 nov. 2012.

12 Steve Pincus. *Op. Cit.*, p. 480.

13 Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 24; R. C. Richardson. *The Debate on the English Revolution*. New York: Palgrave Inc., 1998, p. 87.

14 Para ver a discussão sobre o caso francês, conferir: Jacques Solé. 'The historiography of the French Revolution'. In: Michael Bentley. *Companion to Historiography*, Routledge: London 1997; Michel Vovelle. *Combates pela Revolução Francesa*. Bauru: EDUSC, 2004.

15 John Dunn. *Op. Cit.*, 342-343. Tradução Livre. [shared an explanatory perspective which inserted political power firmly into a history of changing social and economic organization].

Nasce, então, o termo “Revolução Puritana”. Gardiner e sua tese se tornaram uma espécie de consenso no século da Rainha Vitória, pois libertou a História de ser uma mera ferramenta a serviço das disputas políticas coevas, procurando imprimir sobre a disciplina um caráter científico e metódico de análise das fontes e do passado. Sua interpretação só viria a ser questionada pelos historiadores marxistas e sociais no início do século XX.<sup>16</sup>

As interpretações *Whig*, com forte apelo político e constitucional, foram duramente criticadas pelos marxistas. Com suas análises econômicas e que davam à Revolução um caráter tipicamente burguês, fruto de uma luta de classes que proporcionaria o desenvolvimento dos meios de produção capitalista, os historiadores de inspiração marxista saíram de sua posição secundária, para assumirem o posto de interpretação predominante pouco antes do início da 2ª Guerra Mundial. Após o conflito militar, como indica Lawrence Stone, a historiografia sobre a Revolução Inglesa se aprofundou cada vez mais em um “caos fragmentário”. O consenso e a preponderância de uma teoria sobre as outras se tornaram algo dificilmente realizável. Desde então, qualquer análise esquemática e que não desse atenção a pluralidade de fatores envolvidos pareceria deficiente. Assim, no século XX, um verdadeiro embate historiográfico, às vezes com certa ferocidade, foi realizado com o intuito de se refletir sobre as causas da Revolução Inglesa, discussão que o historiador procurou sintetizar no segundo capítulo de sua obra.<sup>17</sup>

Apesar das distintas linhas de análise e diferentes conclusões, a historiografia, em grande medida, adotou e continuou a utilizar os termos “Revolução Inglesa” e “Revolução Puritana”, como denominações históricas para designar os conflitos passados no século XVII, na Inglaterra. “Hoje”, como sugere Eunice Ostrensky, “os dois epítetos são utilizados alternativamente, muitas vezes pelo mesmo historiador, como forma de enfatizar o elo entre religião e economia – ou economia e religião, dependendo da interpretação adotada”, sendo que, frequentemente, “o emprego dos dois adjetivos é simples conveniência, não permitindo decifrar nenhuma corrente historiográfica”.<sup>18</sup> No entanto, apesar das preferências de certos autores por algum dos termos e de, muitas vezes, indicarem aspectos e abordagens diferentes, as duas denominações carregam consigo a alcunha revolucionária sobre seus ombros. Ambas empunham o estandarte da Revolução e puderam ser levadas à frente sem grandes problemas, até que o próprio caráter revolucionário do conflito da metade do seiscentos fosse, então, questionado.

Foi a partir dos anos 70 e 80 que o epíteto revolucionário para a guerra civil passou a ser duramente negado. Os trabalhos de um grupo de jovens historiadores, conhecidos de maneira genérica pelo nome de “revisionistas”,<sup>19</sup> fortemente contrários às interpretações marxistas, estruturais e sociodeterministas, passaram a apontar o caráter tradicional e hierárquico do passado inglês anterior a 1640, questionando a existência de causas de longa duração para

16 John Morrill. ‘The Puritan Revolution’. In: John Coffey and Paul C. H. Lim (Ed). *The Cambridge Companion to Puritanism*. Cambridge University Press, 2008, p. 67; Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 24; Lawrence Stone. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 71 e 99; Christopher Hill. *Op. Cit.*, p. 14; R. C. Richardson. *Op. Cit.*, p. 7-8; 91-95 e 114-140.

17 Lawrence Stone. *Op. Cit.*; Modesto Florenzano. ‘Olhando para os dois lados do Canal da Mancha: Polêmicas e revisionismo na historiografia da Revolução Inglesa’. *Projeto História*, v. 30, jan/jun 2005; Christopher Hill. ‘Recent Interpretations of the Civil War’. In: \_\_\_\_\_. *Puritanism and Revolution*. New York: St. Martin’s Press, 1997.

18 Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 24-25.

19 O termo “revisionistas” é, em si, insatisfatório, pois dificilmente conseguiria dar conta da multiplicidade de interpretações dos autores que compõe o grupo. Menos do que uma escola coesa, como indica Glenn Burgess, deveriam ser considerados “uma amorfa tendência geracional”. Às vezes, inclusive, as generalizações feitas podem parecer injustas com alguns trabalhos e pesquisadores. Apesar da heterogeneidade dos seus componentes, a crítica indicou certas características comuns que poderiam nos sugerir alguns pressupostos compartilhados por estes historiadores, como o interesse pela História política tradicional e narrativa e a busca por explicações de curta-duração, nos acontecimentos diários da alta política. São definidos por Lawrence Stone, em seu artigo sobre o ressurgimento da narrativa, como “uma escola britânica de jovens empiristas antiquaristas”, que “escrevem narrativas políticas pormenorizadas, que implicitamente negam que exista qualquer sentido profundo na história, além das excentricidades fortuitas do destino e da personalidade. Liderados por Conrad Russell e John Kenyon, impelidos por Geoffrey Elton, agora estão ocupados em tentar remover qualquer sentido ideológico ou idealista das duas revoluções seiscentistas inglesas”. Glenn Burgess. ‘On revisionism: an analysis of Early Stuart historiography in the 1970s and 1980s’. In: *The Historical Journal*, 33, 3, 1990, p. 617; Lawrence Stone. ‘O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história’. In: *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991; Eric Hobsbawm. ‘A volta da Narrativa’. In: \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhias das Letras, 1998, p. 203.

o combate entre o Rei e o Parlamento. Para eles, a sociedade seria estável e aristocrática e o mundo da política deveria ser analisado de forma autônoma, em sua dinâmica própria, e não reduzido às estruturas socioeconômicas. Assim, se oporiam às abordagens e conclusões dos historiadores sociais das décadas anteriores, inclusive à interpretação da guerra civil como um evento revolucionário. A “Revolução” passou a ser vista como um mito ou como um constructo intelectual a serviço dos interesses pessoais ou políticos do próprio historiador e que deveria ser, portanto, combatida.<sup>20</sup> Como notou Jonathan Clark, “a resposta revisionista para a pergunta, ‘quando foi a Revolução Inglesa?’ era desconcertante: ‘não houve nenhuma revolução’”.<sup>21</sup>

É justamente sobre este ponto que se encontra nossos objetivos. Não intencionamos refletir se a Revolução foi, de fato, Inglesa, como aponta o indicador nacional desta tradicional denominação, ou se, ao contrário, seria melhor compreendida dentro do contexto britânico, ou se, ainda, deveria ser incluída em uma análise mais ampla no interior do continente europeu, inserida como um aspecto da chamada crise geral do século XVII.<sup>22</sup> Da mesma forma, não é nosso objetivo refletir sobre as motivações religiosas, ou não, da “Revolução Puritana”. Nosso interesse nesse texto é, simplesmente, nos concentrar no primeiro termo dessas tradicionais denominações, refletindo sobre a validade da categoria e do conceito de “Revolução” para explicar as experiências vividas por homens e mulheres durante a guerra civil inglesa e o Interregno.<sup>23</sup>

Isso se faz necessário, pois, nas últimas décadas vemos uma crescente problematização da validade das categorias utilizadas pelos historiadores como um instrumento de compreensão da ordem política e social de uma época, e, igualmente, a busca por um cuidado mais atento às palavras e conceitos utilizados pelos agentes históricos para exprimir suas próprias experiências. Assim, análises baseadas em modelos rígidos de apreensão da realidade e dos processos revolucionários – como a impreterível existência de uma luta de classes, para a superação dos modos de produção ou de um combate contra a tirania, para a liberdade do povo e da nação – foram duramente criticadas por estarem, muitas vezes, distantes da vivência dos sujeitos históricos. Isso fez com que o termo, muito banalizado durante o século passado e tido, frequentemente, apenas como conveniência historiográfica, fosse criticado, abandonado ou, então, tratado com mais atenção pelos pesquisadores do tema.

Começemos com a problematização da categoria “Revolução” no pensar os eventos do século XVII inglês, talvez o ponto mais polêmico de nossa discussão, já que muitos autores negam, enfaticamente, que o conceito seiscentista carregaria o significado moderno do termo que utilizamos. Assim, se aceitarmos que o sentido que damos ao vocábulo não surgiu no século XVII, no ambiente do objeto que estudamos, nos resta apenas uma pergunta a ser feita, a mesma levantada por Peter Laslett – um crítico feroz das abordagens e conclusões defendidas pelos historiadores sociais e um antimarxista assumido –<sup>24</sup> em sua obra *The world we have lost*: será que ainda “a palavra ‘revolução’ poderia ser utilizada justificadamente para a Inglaterra do século XVII”?<sup>25</sup> A resposta que chega é que não. Para este autor, a ideia de uma Revolução Inglesa deveria

20 Christopher Hill. ‘Christopher Hill por Christopher Hill’. In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 14, Set/95, p. 92; Ronald Hutton. ‘Revisionism in Britain’. In: Michael Bentley. *Companion to Historiography*, Routledge: London 1997; Glenn Burgess. *Op. Cit.*; R. C. Richardson. *Op. Cit.*, p. 203-238; Modesto Florenzano. *Op. Cit.*, p. 132.

21 J. C. D. Clark. *Revolution and Rebellion: state and society in England in seventeenth and eighteenth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 71. Tradução Livre [the revisionist answer to the question, ‘when was the English Revolution?’ was a disconcerting one: ‘there was no revolution’].

22 R. C. Richardson. *Op. Cit.*, p. 220-221 e 241; Laura Mello e Souza. ‘Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna’. In: *Revista de História*, n. 135, São Paulo, 1996.

23 A diferenciação entre categoria e conceito é indicada por Reinhart Koselleck e é a partir dela que pretendemos desenvolver a nossa análise. Segundo Koselleck, o historiador, ao se debruçar sobre os vestígios do passado, caminha sobre dois planos distintos: “ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios”. De um lado, o pesquisador se utiliza dos conceitos presentes nas fontes como ferramenta de compreensão do passado, do outro, mobiliza “conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada”. Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*, p. 305.

24 Alastair MacLachlan. *The Rise and Fall of Revolutionary England*. New York: St. Martin’s Press, 1996, p. 285-286.

25 Peter Laslett. ‘Social change and revolution in the traditional world: with an attempt to expunge the phrase ‘The English Revolution’’. In: \_\_\_\_\_. *The world we have lost: further explored*. London: Routledge, 2000, p. 183. Tradução livre [the word ‘revolution’ can justifiably be used of seventeenth-century England].

ser sepultada da História da Inglaterra, juntamente com outras denominações como Revolução Burguesa, Puritana, Científica etc.<sup>26</sup>

A justificativa de Laslett, assim como será dos historiadores revisionistas,<sup>27</sup> consonantes a esta interpretação, é de que não havia nenhum desejo de oposição à Coroa, de mudança social ou de uma Revolução na Inglaterra durante as décadas iniciais dos primeiros Stuarts. Tal conclusão entraria em choque com a tese das contradições sociais subjacentes de longo prazo que levariam ao conflito entre Rei e Parlamento, defendida pelos historiadores sociais, marxistas ou não. Estes, segundo Jonathan Clark, estariam explicando o passado com categorias próximas a nós, mas distantes aos coevos. Ao invés de alterações econômicas, representações democráticas ou conflitos de classe e contra a tirania em defesa da liberdade, a sociedade seria conservadora e estável, com seus agentes históricos guiados pelos ideais de hierarquia, fidelidade e autoridade, conceitos mais aderentes às práticas políticas e religiosas de homens e mulheres do século XVII.<sup>28</sup> Nesta perspectiva, qualquer desejo de mudança, de trazer o novo, seria considerado subversivo e heterodoxo.<sup>29</sup> Daí, a insistência de Clark em focar várias vezes em seu livro que, para os historiadores revisionistas, ele incluído, a categoria mais apropriada para se analisar os eventos do século XVII seria “não revolução, mas rebelião”.<sup>30</sup>

No entanto, esta perspectiva criaria um problema. Se a sociedade era conservadora, guiada pelo consenso, pela hierarquia e avessa à mudança social, por que a guerra civil teria acontecido e de maneira tão feroz? A explicação que dão é buscada nas causas de curta-duração, nos eventos cotidianos da política inglesa, como as falhas de governação do monarca, a fraqueza militar da Coroa e como resultado às rebeliões na Irlanda e na Escócia. Ou seja, como sintetizou John Kenyon: “as causas da Guerra Civil deveriam ser procuradas mais próximas de 1640”.<sup>31</sup> Desta forma, rejeitavam quaisquer explicações de longo prazo e motivações sociais ocultas, defendidas por historiadores marxistas ou liberais. Para os revisionistas, a guerra civil seria “um lamentável acidente histórico”<sup>32</sup> e poderia ser explicada apenas pela descrição dos eventos cotidiano da face exposta da alta política feita em Whitehall. Por isso, a narrativa política tradicional se revelou como metodologia escolhida e mais adequada para suas pretensões.<sup>33</sup>

Esses historiadores “neoconservadores”, como os designou Hobsbawm,<sup>34</sup> se posicionaram contra toda interpretação que pudesse cheirar à teleologia e ao determinismo econômico, social ou ideológico. Para eles, não haveria nenhuma crise inevitável, oposição de longo prazo ou estrada (*high road*) em direção à guerra civil, como indicou um famoso artigo de G. Elton. Peter Laslett, se utilizando igualmente da metáfora automobilística, compararia os fenômenos históricos com acidentes de carros nas rodovias, apontando que, embora fosse natural e tivesse sentido procurar explicações de longo termo para estas colisões na estrada, ou no plano político-social, não seria justificável “supor que grandes eventos têm grandes causas”.<sup>35</sup> Propondo explicações de curta duração, em meio à narrativa do dia a dia político, Laslett e os revisionistas procuraram negar a ideia de uma inevitabilidade da guerra civil e, também, indicar a autonomia dos indivíduos frente

26 *Idem*, p. 206-207.

27 Apesar de Laslett não fazer parte da geração revisionista dos anos 70 e 80, podemos considerá-lo, facilmente, um precursor e influência para o revisionismo inglês. Além disso, as semelhanças nas abordagens nos ajudam a refletir sobre a crítica que a ideia de uma “Revolução” na Inglaterra sofreu.

28 J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 23.

29 Carlo Ginzburg. ‘O alto e o baixo: O tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII’. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Jacques Le Goff. ‘Antigo/Moderno’. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

30 J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 105. Tradução Livre [not revolution, but rebellion].

31 John Kenyon. ‘Revisionism and Post-Revisionism in Early Stuart History’. In: *The Journal of Modern History*, Vol. 64, No. 4 (Dec., 1992), p. 686; Tradução Livre [the causes of the Civil War must be sought nearer to 1640]; Mary Fulbrook. ‘The English Revolution and the revisionist revolt’. In: *Social History*, Vol. 7, No. 3 (Oct., 1982), p. 249-251; Ronald Hutton. *Op. Cit.*, p. 379-380; J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 51-54 e 92; Christopher Hill. ‘Christopher Hill por Christopher Hill’. *Op. Cit.*, p. 92; Alastair MacLachlan. *Op. Cit.*, p. 238.

32 David Underdown. ‘Puritanism, Revolution and Christopher Hill’. In: *The History Teacher*, Vol. 22, No. 1 (Nov., 1988), p. 69. Tradução Livre [an unfortunate historical accident].

33 Mary Fulbrook. *Op. Cit.*, p. 252; J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 17; Alastair MacLachlan. *Op. Cit.*, p. 238-239.

34 Eric Hobsbawm. ‘A volta da Narrativa’. *Op. Cit.*, p. 202.

35 Peter Laslett. *Op. Cit.*, p. 198-199. Tradução Livre [to suppose that great events have great causes].

ao processo histórico, não meros coadjuvantes de fenômenos estruturais.<sup>36</sup>

A ojeriza contra toda e qualquer forma de teleologia não vai atacar apenas a busca pelas causas de longa duração da guerra civil, mas, também, suas consequências, procurando questionar a importância do século XVII e do conflito entre rei e Parlamento para a transformação da sociedade inglesa nas eras posteriores. A oposição entre “revolução” e “rebelião” se torna, desta forma, também uma disputa pela periodização mais adequada. Como indica Antoine Prost, “periodizar é, portanto, identificar rupturas, tomar partido em relação ao variável, datar a mudança e fornecer-lhe uma primeira definição”.<sup>37</sup> Mais do que uma simples questão de escolha entre os termos, estamos tratando com uma dicotomia entre o velho e o novo, o antigo e o moderno; em última análise, com uma distinção entre uma sociedade revolucionária, que levou a Inglaterra rumo à modernidade e ao capitalismo, defendida por liberais e marxistas, e uma sociedade tradicional e conservadora, que viu as mudanças acontecerem na forma de uma progressiva evolução, como propõem os revisionistas.<sup>38</sup> Assim, as perguntas que se destacam nesta tentativa de periodização são: Quando, de fato, começa o mundo moderno? E foi a guerra civil relevante para a construção de uma nova sociedade? Nesse ponto, para Peter Laslett, a execução de Carlos I e a deposição de Jaime II teriam pouca importância na passagem do mundo tradicional, o *world we have lost*, para o nosso mundo contemporâneo.<sup>39</sup> Como indica Mary Fulbrook, na perspectiva dos historiadores revisionistas, a Revolução Inglesa não teria sido um evento realmente importante para a história mundial,<sup>40</sup> nem, podemos dizer, para a história do radicalismo, da liberdade ou da constituição. A chegada da ideia de uma sociedade moderna deveria ser adiada para eras posteriores.

Desta forma, a escolha e a utilização de uma categoria fazem parte de um processo historiográfico complexo, que não pode ser encarado de maneira simplista. Um termo não deve ser visto, apenas, como uma ferramenta acessível e disponível à mão. Em grande medida, representa escolhas intelectuais e metodológicas que perpassam seu uso, que fundamentam uma interpretação e que, por isso, precisam ser explicitadas. Como tentamos mostrar até aqui, a ênfase dada pelos historiadores revisionista na categoria “rebelião” ou na denominação “Grande Rebelião”,<sup>41</sup> para designar os eventos ocorridos durante a guerra civil inglesa, está relacionada à crítica a qualquer tipo de teleologia, à adoção da narrativa política tradicional, bem como das explicações de curta-duração, como padrão de escrita e entendimento do passado, além de uma preferência por olhar a continuidade da sociedade tradicional, hierárquica e conservadora, em detrimento de uma mudança que gestaria os elementos da modernidade.<sup>42</sup> A crítica ao termo deve estar acompanhada da crítica da posição intelectual adotada por esses historiadores.

Ao invés da categoria “rebelião”, preferimos, o que esperamos que logo fique aparente, a categoria “revolução”, não apenas por uma opção terminológica, mas também por uma maior proximidade com uma metodologia e posicionamento intelectual (e político, por que não?) avessa às propostas revisionistas. De fato, suas críticas foram importantes para repensar diversos pontos na historiografia inglesa, mas seus apontamentos, como indica Mary Fulbrook, se preocuparam mais em desmistificar e retificar alguns pontos na história da história da Revolução Inglesa, do que em propor uma nova e eficiente análise.<sup>43</sup> Concordamos com G. Elton, grande influência para os historiadores revisionistas, de que o século XVI deveria ser analisado a partir de sua própria experiência, e não apenas como a pré-história das revoluções vindouras.<sup>44</sup> Isso é verdade. As

36 Mary Fulbrook. *Op. Cit.*, p. 260-261; Alastair MacLachlan. *Op. Cit.*, p. 238; J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 9-12.

37 Antoine Prost. *Doze lições sobre a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 107.

38 Peter Laslett. *Op. Cit.*, p. 187-188 e 195-196; J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 26; Alastair MacLachlan. *Op. Cit.*, p. 250.

39 Peter Laslett. *Op. Cit.*, p. 197.

40 Mary Fulbrook. *Op. Cit.*, p. 252.

41 Robert Zaller aponta que os revisionistas dizem preferir a denominação “Grande Rebelião” devido a sua autenticidade histórica, mas, para ele, o que está mais ou menos explícito é que estes historiadores, de fato, desejam sustentar que a Inglaterra seria tão boa ou até melhor sem o acontecimento da “Rebelião” do século XVII. *Apud* J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 100.

42 Aqui é importante fazer uma distinção. Nem todos os autores e historiadores que utilizam o termo “Grande Rebelião” podem ser considerados revisionistas, ou, da mesma forma, adotam a metodologia descrita. Todavia, a interpretação revisionista, em grande medida, se preocupa com estas questões. É sobre ela que incide nosso foco nesta parte do texto.

43 Mary Fulbrook. *Op. Cit.*, 252.

44 *Apud* J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 164.

ideias que os homens e mulheres do quinhentos formulavam e as atitudes que tomavam eram para responder problemas do seu tempo, de suas vivências sociais e políticas, e não para preparar futuras sublevações. Todavia, isso não nos parece suficiente para descartar as explicações de longa duração ou a existência de raízes ideológicas, sociais, religiosas, etc., vindas do século XVI, ou até mesmo de períodos anteriores, que retornaram fortemente durante a guerra civil e que passaram a ter uma visibilidade até então impensável. Talvez fosse importante lembrar, aqui, as palavras de Karl Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>45</sup> A autonomia dos agentes históricos em relação aos tempos pretéritos é uma ilusão.

Analisar as causas do conflito do seiscentos inglês em termos curtos, no cotidiano dos acontecimentos da alta política, não explica a explosão de grupos opositores, seitas e ideias heterodoxas, após a queda do controle estatal e eclesiástico. Ver o passado Stuart como consensual e estável pode esconder tensões sociais subjacentes que eram, no entanto, fortemente reprimidas e interditas pelos instrumentos governamentais de execução e manutenção do poder instaurado. Foi só como o fim do silêncio, decorrente da queda do governo no início da década de 1640, é que certas ideias “radicais”, que circulavam sub-repticiamente na sociedade, puderam ser expressas livremente, questionando as estruturas sociais tradicionais. Foi desta forma que o republicanismo pôde se tornar um programa político real; que a opressão do sistema legal inglês aos desvalidos foi denunciada; que a crítica ao dízimo ganhou voz e sua extinção se revelou como proposta possível; que a terra foi considerada um bem comum; que a defesa do voto universal masculino pôde ser feita; e que o odiado papismo foi plasmado às práticas de Laud e Carlos I.<sup>46</sup> Assim, como sugeriu Fulbrook, “a Guerra Civil pode não ter sido ‘inevitável’”, como indicaram os revisionistas, no entanto, da mesma forma, “não pode ser compreendida sem o benefício de uma análise de longo termo”.<sup>47</sup>

O pertinente cuidado em evitar a teleologia não deve ser exagerado ao ponto de excluir as explicações de longa duração na escrita e na análise histórica. Não devemos supor que uma revolução é um evento tão marcante que é capaz de renovar tudo. Ao mesmo tempo, seria insatisfatório explicá-la como um acidente ocasional distanciado do passado. Mesmo as mudanças nas formas políticas, mais perceptíveis e mais rápidas, podem esconder permanências importantes nos argumentos que impulsionam ou legitimam essas alterações. Uma ruptura no plano do poder, não quer dizer uma ruptura em todos os planos da sociedade. Muitas vezes, uma aparente renovação pode mascarar persistências, tanto antes, como durante, quanto depois de um processo revolucionário.<sup>48</sup> Assim, Lutero e Calvino foram inspirações para muitos regalistas ingleses no seiscentos. Milton foi influenciado pelos autores escoceses do XVI, como Knox e Buchanan. A antiga constituição e o jugo normando foram reivindicados como justificativa para a oposição contra Carlos I. A busca de heranças e tradições foi recorrente durante a guerra civil e o Interregno, pois, como sugere Jörn Rüsen, o conhecimento do passado está intimamente ligado à carência que os homens têm de se orientar no tempo em sua *práxis* diária.<sup>49</sup> Do mesmo modo, foi o fantasma das décadas de 1640 e 1650 que fez a Monarquia Restaurada, tão obcecada com a legitimação de seu poder, buscar e enfatizar formas e práticas políticas anteriores à Revolução, como o Direito Divino dos Reis, o toque real para a cura das escrófulas, a conformidade à

45 Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

46 Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. Op. Cit.; Christopher Hill. *The Antichrist in seventeenth-century England*. London: Verso, 1990; Christopher Hill. ‘Christopher Hill por Christopher Hill’, Op. Cit., p. 93; Bernard Capp. *The Fifth Monarchy Men: a study in Seventeenth Century English Millenarianism*. London: Faber Finds, 2008; Quentin Skinner. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

47 Mary Fulbrook. Op. Cit., 254. Tradução Livre [The Civil War may not have been ‘inevitable’], [it cannot be understood without the benefit of long-term analysis]; David Underdown. Op. Cit., p. 70.

48 Peter Burke. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 161; J. F. Sebastián; J. F. Fuentes. ‘Entrevista com Reinhart Koselleck’. In: M.G. Jasmin; J. Freres Jr. (Org). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Loyola, 2006, p. 137.

49 Jörn Rüsen. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 30-31.



Igreja Anglicana, a utilização de penas capitais contra os regicidas e rebeldes, etc.<sup>50</sup> Assim, a periodização não delimita ideias e costumes. Nada está condenado a se manter eternamente prisioneiro de um período, nesta abstração mental arbitrária formulada pelo historiador. Devemos aceitar a sobrevivência inconsciente do não contemporâneo, mesmo em práticas que nos pareçam novas. Permanências e rupturas não devem ser utilizadas como categorias radicalmente opostas, mas instrumentos úteis para focalizar os distintos níveis de mudança e continuidades no interior de uma sociedade, percebendo o que persiste, aquilo que deixou de existir, e aquilo que apenas está silenciado e oculto pelas condições sociais de sua época.<sup>51</sup>

Além disso, como indicou Ginzburg, mesmo a reconstrução de estruturas longuíssimas pode nos ajudar a compreender fenômenos que “uma historiografia contemporaneísta atenta apenas à curta duração da política em sentido restrito mostrou-se dramaticamente insuficiente”.<sup>52</sup> A partir dessa perspectiva podemos refletir sobre as crenças religiosas, a espera escatológica e a utilização, pelos coevos, de textos bíblicos milenares na interpretação dos acontecimentos cotidianos e do mundo a sua volta. É apenas por meio de uma análise diacrônica de longa ou longuíssima duração que podemos entender como a ideia de Quinta Monarquia se transformou, na Inglaterra, de uma doutrina regalista, centrada na figura do Imperador dos Últimos Dias, para uma crença anti-regalista, que previa a destruição de todas as monarquias do globo, como forma de antecipar o Reino de Cristo na Terra.<sup>53</sup> Iguualmente, é por meio desta abordagem que podemos explicar como o milenarismo, considerado por séculos uma heresia, pôde, com o fim da censura, ser tomado como uma força social mobilizadora, transformando a luta do Parlamento contra o Rei em um combate escatológico prometido desde o início dos tempos nas escrituras: a luta entre o Bem e o Mal, entre Deus e o Anticristo. Estas interpretações fatalmente não seriam possíveis em uma análise de curta-duração centrada unicamente no universo da alta política inglesa.

Desta forma, as apropriações do passado para a construção do futuro nos ajudam a perceber como os agentes históricos construíam seus próprios enredos e davam sentido ao mundo em que viviam,<sup>54</sup> já que é precisamente nestes períodos revolucionários, quando “parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu”, é que os “homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado”.<sup>55</sup> Sob essa percepção, podemos aproveitar a oportunidade de analisar fenômenos e formas recorrentes, que, muitas vezes, são enxergados apenas como fatos isolados, meras semelhanças superficiais em tempos e culturas distintas, mas que podem e devem ser analisados historicamente.<sup>56</sup> Os republicanos seiscentistas buscaram inspiração nos autores da antiguidade, os levellers e diggers, nos lollards. Muitos ingleses se viam encenando as guerras religiosas da França do XVI ou, até mesmo, a batalha primordial do Armageddon. Os líderes bolcheviques olhavam em direção à Revolução Francesa. Da mesma forma, os americanos do século XVIII aprenderam cuidadosamente sobre o republicanismo e seus contemporâneos franceses sobre o regicídio, a partir do exemplo inglês do seiscentos.<sup>57</sup> Mais do que simples coincidências, como indica Reinhart Koselleck, essas semelhanças nos provam que “há conexões profundas entre problemas que se formulam e são vividos de maneira diferente”, e que uma análise puramente sincrônica e narrativa não consegue dar conta, pois “mesmo quando

50 Christopher Hill. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 8-9; Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 337; Christopher Hill. 'Virando o mundo de ponta-cabeça: o outro lado da revolução inglesa'. In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 14, Set/95, p. 115; Lawrence Stone. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. *Op. Cit.*, p. 166; Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 35 e 151; George Southcombe; Grant Tapsell. *Restoration: Politics, Religion, and Culture*. New York: Palgrave Macmillan, 2010, p. 10-18; Tim Harris. *London crowds in the reign of Charles II: Propaganda and politics from Restoration until the exclusion crisis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 57; Heather D. Thornton. *Restoration, Religion and Revenge*. 2005. Master degree, Department of History, Louisiana State University, p. 52-57.

51 Antoine Prost. *Op. Cit.*, p.110; J. F. Sebastián; J. F. Fuentes. *Op. Cit.*, p. 137.

52 Carlo Ginzburg. 'Mitologia germânica e nazismo: sobre um velho livro de Georges Dumézil'. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.*, 192.

53 Bernard Capp. 'Godly Rule and English Millenarianism'. In: *Past and Present*, n. 52, 1971, p. 109.

54 Peter Burke. *Op. Cit.*, p. 162.

55 Karl Marx. *Op. Cit.*, p. 21.

56 J. F. Sebastián; J. F. Fuentes. *Op. Cit.*, p. 138-139; Carlo Ginzburg. 'Prefácio'. In: \_\_\_\_\_. *Op. Cit.*

57 Peter Burke. *Op. Cit.*, p. 161; Christopher Hill. *Origens Intelectuais da Revolução Inglesa*. *Op. Cit.*, p. 8-10; Christopher Hill. 'Christopher Hill por Christopher Hill', *Op. Cit.*, p. 93.

há uma situação nova, os argumentos são muitas vezes transferidos do passado”.<sup>58</sup>

Ao mesmo tempo em que uma análise narrativa tradicional pode desvincular a relação dos homens com o seu passado, pode igualmente enfraquecer a ideia de uma totalidade social e a conexão dos coevos entre si. Se as durações podem nos indicar persistências, mesmo naquilo que nos parece novidade, a busca por uma análise ampla dos aspectos sociais e culturais pode nos fornecer diferentes pontos de vista para a reflexão. Assim, como aponta Pierre Villar, embora seja legítimo ao historiador investigar estruturas parciais, nem sempre esta abordagem se mostra suficiente.<sup>59</sup> O estudo de uma Revolução não pode se concentrar apenas do campo político, mas deve estar associado aos níveis da cultura, das leis, da economia, da sociedade, da literatura, etc.<sup>60</sup> Desta forma, a narrativa política praticada pelos historiadores revisionistas nos fornece um quadro muito fechado do passado, uma imagem em close, muito detalhista, mas pouco ampla e explicativa. A história, assim, é atomizada.<sup>61</sup> Nesta perspectiva, por exemplo, a percepção dos coetâneos guiados por ideais de hierarquia, fidelidade e autoridade, avessos à mudança social, pode funcionar muito bem para um ambiente cortesão, em uma investigação centrada nas práticas da alta política inglesa, mas, se ampliada, dificilmente seria aplicável para analisar grupos como os levellers, os diggers, os quacres, etc.<sup>62</sup>

Essa análise microscópica da história, com ênfase na descrição do dia a dia dos grandes personagens políticos, pode, também, nos fornecer um agente histórico aprisionado em seu presente. Se a narrativa tradicional foi a forma escolhida pelos historiadores revisionistas para se proteger contra toda teleologia, em defesa da autonomia dos indivíduos perante as estruturas sociais determinantes, o efeito foi o oposto. Ao ver o processo histórico como uma série de acidentes ocasionais, a narrativa política tradicional, além de atomizar a história, banalizou as ações humanas.<sup>63</sup> Passado e futuro foram curto circuitados. Os homens, presos nos acontecimentos cotidianos, em uma sociedade conservadora e hierárquica, foram representados, pela visão de mundo revisionista, sem experiências e sem expectativas para a mudança. O passado é, assim, coisificado, transformado em mera mercadoria alienada dos agentes históricos e o futuro, da mesma forma, é ocultado entre o medo e o nihilismo, indisponível aos desejos e projeções humanas.<sup>64</sup> A negação do tempo vetorial do progresso e das grandes narrativas em nossa sociedade influiu na aceitação de uma visão descontinuísta da experiência e do tempo histórico, produzindo efeitos visíveis na historiografia. No entanto, esse “presentismo” é nosso, e não deles.<sup>65</sup> O desejo de uma nova sociedade projetada no futuro e amparada pelas experiências passadas era perceptível em muitos dos discursos no meio século inglês.

Como indica Christopher Hill, “a crise revolucionária criou a possibilidade de se imaginar uma sociedade melhor”.<sup>66</sup> O futuro se torna visível no passado, o passado visível no futuro.<sup>67</sup> Os homens, restituídos da experiência e da expectativa, por uma abordagem consciente da totalidade espacial-social e temporal-histórica, podem, agora, ser representados como agentes do próprio devir. Os coevos, durante a guerra civil, estavam longe de ser meros prisioneiros do presente. Sonharam com o milênio, com uma sociedade menos desigual, com a propriedade comunal da terra, etc. Viveram em um tempo em que, como disse Oliver Cromwell certa vez, Deus “abalou e tombou e pisou sobre tudo aquilo que Ele não plantou”.<sup>68</sup> A linguagem utilizada pelos agentes históricos carregava os frutos da mudança. Algo era diferente, havia uma expectativa ampliada pelos discursos milenaristas e escatológicos. Sua linguagem não era “a linguagem da

58 *Apud* J. F. Sebastián; J. F. Fuentes. *Op. Cit.*, p. 138-139.

59 Pierre Villar. *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982, p.73.

60 David Underdown. *Op. Cit.*, p. 69; Christopher Hill. ‘E agora? Para onde vai a historiografia marxista?’. In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 14, Set/95, p. 152.

61 J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 11 e 170; R. C. Richardson. *Op. Cit.*, p. 219.

62 Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*

63 Theodore K. Rabb *Apud* J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 170.

64 Ernst Bloch. *O Princípio Esperança* (V. I). Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2005, p. 19.

65 Jacques Revel. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009, p. 85-86.

66 Christopher Hill. ‘Christopher Hill por Christopher Hill’, *Op. Cit.*, p. 93

67 Ernst Bloch. *Op. Cit.*, p. 19.

68 *Apud* Christopher Hill. ‘Recent Interpretations of the Civil War’. *Op. Cit.*, p. 28. Tradução Livre [shaken and tumbled and trampled upon everything that He hath not planted].

rebelião aristocrática ou da guerra civil, com objetivos limitados e em grande medida pessoais”. A reforma pretendida procurava atingir toda a sociedade, deveria ser universal; sua linguagem era a “da revolução no sentido moderno, e dentro dela, a da revolução cultural”.<sup>69</sup>

Uma nova abordagem sobre as revoluções foi se constituindo durante as últimas décadas. Divorciando-se das interpretações tradicionais do marxismo e do whiggismo clássicos, assim como dos modelos rígidos e, certas vezes, ahistóricos desenvolvidos por economistas e sociólogos, a ideia de Revolução foi flexibilizada. Embora as recorrências de certas estruturas, práticas e ideias não devam ser ignoradas, o exemplo francês ou russo não deveria funcionar como parâmetro para levantes acontecidos em outros tempos e em outros lugares. É salutar nos desprendermos dos modelos fechados e universais que fabricam ou descartam uma revolução, pois o modo como lhe definimos a fará mais ou menos frequente.<sup>70</sup> Como sugeriu Perez Zagorin, cada sociedade vai produzir suas próprias condições e atitudes revolucionárias, formadas por suas estruturas sociais, sistemas de crenças, instituições políticas, práticas culturais, etc.<sup>71</sup> Ao mesmo tempo, a experiência chinesa e os anos rebeldes, durante a década 60, encorajaram alguns historiadores “a pensar sobre ‘revoluções culturais’ do passado”.<sup>72</sup> Mesmo tradicionais defensores das abordagens da história social, como Lawrence Stone e Christopher Hill, passariam a enfatizar, mais do que as características econômicas, a importância das ideias e da tradição intelectual legada à posteridade pelos revolucionários do século XVII.<sup>73</sup> Essa flexibilização abriu o caminho para que os historiadores, libertos de seus modelos fechados, refletissem sobre o que havia de revolucionário em cada Revolução.<sup>74</sup> Já que os elementos fundamentais de uma poderiam não servir a outra, os estudos foram ampliados no sentido de analisar cada levante ou atitude contestatória a partir dos olhares dos próprios participantes. Nessa perspectiva, novos temas emergiram nas análises dos historiadores sobre a Inglaterra Moderna, como, por exemplo, a importância do letramento e da cultura impressa, da religião e da moral puritana (não vistas agora apenas como um reflexo das condições econômicas), além de novas abordagens que enfatizavam uma visão mais ampla de política, literatura e das práticas sociais.<sup>75</sup> Desta forma, a ideia de uma Revolução Inglesa, ao ser redefinida e flexibilizada, foi “resgatada” da obsolescência que os revisionistas queriam lhe impor. É vista, agora, “menos como um evento social e econômico e mais como um processo cultural e intelectual”.<sup>76</sup> O termo, assim resignificado, pareceu ser mais aderente às práticas e ideias dos seiscentistas, pois o desejo de mudança era visível, inclusive nos mais moderados. “A Revolução Inglesa estava também na mente das pessoas”.<sup>77</sup>

Em uma situação em que não são encontrados precedentes nos quais se espelhar e chamar de “Revolução”, como foi o caso da guerra civil na Inglaterra,<sup>78</sup> frequentemente, as experiências vividas pelos agentes históricos e as respostas que formulam aos problemas do presente se revelam tão inovadoras que faltam palavras e termos para lhes dar sentido e descrever. Muitas vezes, as experiências precedem os conceitos. Mesmo assim, por acreditarmos que os ingleses dos seiscentos vivenciaram uma situação revolucionária, a categoria Revolução nos parece ser uma ferramenta realmente importante para descrever e analisar as experiências de homens e mulheres durante a Inglaterra de Carlos I e Oliver Cromwell. Todavia, ainda sim, poderíamos nos

69 Lawrence Stone. *Op. Cit.*, p. 107; Glenn Burgess. *Op. Cit.*, p. 625-627.

70 Perez Zagorin. *Op. Cit.*, p. 3-16.

71 *Idem*, p. 24.

72 Peter Burke. *Op. Cit.*, p. 160.

73 Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*; Christopher Hill. ‘Christopher Hill por Christopher Hill’, *Op. Cit.*, p. 93; Lawrence Stone. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. *Op. Cit.*; Modesto Florenzano. *Op. Cit.*, p. 133.

74 Faz-se aqui uma referência a pergunta levantada por Robert Darnton em seu texto “O beijo de Lamourette”: “o que havia de tão revolucionário na Revolução Francesa?”. Robert Darnton. ‘O beijo de Lamourette’. In: \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 22.

75 Alastair MacLachlan. *Op. Cit.*, p. 255-270; R. C. Richardson *Op. Cit.*, p. 230-233.

76 George Southcombe; Grant Tapsell. *Op. Cit.*, p. 11. Tradução Livre [less as a social and economic event and more as a cultural and intellectual process]

77 *Idem*, *ibidem*. Tradução Livre [The English Revolution too was in the minds of the people].

78 Christopher Hill. ‘Virando o mundo de ponta-cabeça: o outro lado da revolução inglesa’. *Op. Cit.*, p. 111; Christopher Hill. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Ver capítulo I.

perguntar se seria válido descrever o passado usando o nosso vocabulário político, ou se não seria melhor descrevê-lo usando uma linguagem que os próprios coevos entendiam e experimentavam, presente no universo semântico da época em que viviam.

Como visto anteriormente, um dos principais argumentos levantados por historiadores que negam a relevância da categoria “Revolução”, na interpretação da guerra civil inglesa do século XVII, se deve ao fato do conceito homônimo não conter o significado moderno que lhe atribuímos. Essa postura mais nominalista é digna de nota, já que o léxico possuído pelos sujeitos históricos é, sem dúvida, um importante elemento para se perceber suas experiências em seus próprios termos. Como aponta Quentin Skinner, “é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas”.<sup>79</sup> No entanto, segundo Glenn Burgess, “isto *não* é uma questão de utilizar apenas palavras que existiram no passado, de descrever o passado em seus próprios termos”, mas de “assegurar que nosso vocabulário não atribua falsamente ideias e atitudes às pessoas no passado, e (igualmente) que não construa falsas tradições e continuidades”.<sup>80</sup> Desta forma, se torna necessária uma reflexão mais ampla sobre o conceito de Revolução durante o seiscentos.

Antes, no entanto, talvez seja importante refletir sobre a noção de “Grande Rebelião”, que como indica Eunice Ostrensky, era o “nome pelo qual os seiscentistas conheciam as guerras civis ocorridas entre 1642 e 1660”.<sup>81</sup> Inegavelmente, muitos ingleses, do século XVII e além, entendiam e utilizavam o termo para descrever a subversão do Parlamento contra Carlos I. Não à toa, se achou por bem indicar, mesmo ainda em 1846, em uma edição americana do livro *History of the English Revolution of 1640*, de François Guizot, a despeito da inovação que trazia em seu título, que a “Revolução” era “comumente chamada de Grande Rebelião”.<sup>82</sup> Assim, não é nossa intenção negar seu uso e permanência enquanto conceito durante o seiscentos, mas, simplesmente, relativizar sua eficácia para descrever os eventos da guerra civil na Inglaterra, já que, os termos, mesmo aqueles disponíveis aos homens e mulheres do passado, carregam os embates e posicionamentos dos agentes históricos na efervescência de seu presente, contendo em si uma experiência social concreta.<sup>83</sup> Desta forma, o vocabulário utilizado tanto pelos historiadores, quanto pelos atores inseridos em uma sociedade e em uma época, é fruto de uma escolha política, indicando posturas, comportamentos e opiniões, que necessitam ser explicitadas.

Entre 1640 e 1660, os contemporâneos empregavam diferentes termos para descrever os eventos do presente, “termos que refletiam sua preocupação com os princípios de legitimidade do governo. Assim a ‘(Grande) Rebelião’, proclamada pelos adeptos da causa real, era balanceada pelo ‘Interregno’ e pelo prosaico ‘Guerra Civil’”.<sup>84</sup> A pluralidade de definições nos revela a pluralidade existente no interior da sociedade. É justamente nesta diversidade semântica que, como indica Koselleck, “a luta pelos conceitos ‘adequados’ ganha relevância social e política”.<sup>85</sup> A utilização do termo “Grande Rebelião”, mesmo que utilizado na época, com sua “autenticidade histórica”, como apontam os revisionistas,<sup>86</sup> igualmente obscurece a compreensão dos fenômenos históricos que pretende analisar, pois se associa ao lado realista do confronto, sendo insuficiente para explicar as posições contrárias dos membros do Parlamento e das seitas puritanas.

79 Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 11.

80 G. Burgess. ‘Radicalism and the English Revolution’ In: G. Burgess; M. Festenstein (ed.). *English Radicalism, 1580-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 66. Tradução livre [this is *not* a matter of using only words that existed in the past, of describing the past in its own terms] [ensuring that our vocabulary does not falsely impute ideas and attitudes to people in the past, and (equally) that it does not construct false traditions and continuities].

81 Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 23.

82 François Guizot. *History of the English Revolution of 1640*. New York: D. Appleton & Co., 1846. Tradução Livre [commonly called Great Rebellion].

83 Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*, p. 101-109.

84 Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 195. Tradução livre [terms which reflected their concern for principles of legitimate government. Thus the “(Great) Rebellion”, proclaimed by supporters of the royal cause, was balanced by the “Interregnum” and by the matter-of-fact “Civil War”].

85 Reinhart Koselleck. *Op. Cit.*, p. 101.

86 J. C. D. Clark. *Op. Cit.*, p. 100. Ver Nota 41.

Além disso, é importante lembrar duas coisas. O termo está associado a uma historiografia *Tory*, que popularizou a ideia de que Carlos I, longe de ser tirânico, havia morrido em defesa da liberdade de seus súditos, contra a exploração econômica realizada por um grupo de homens de negócio ou em decorrência da decadência e destempero humano. A segunda é que um dos principais propagadores do termo foi Edward Hyde, conde de Clarendon,<sup>87</sup> primeiro ministro de Carlos II e uma das principais figuras políticas nos primeiros anos da Restauração. Clarendon procurou fazer de tudo para combater os dissidentes e a memória da guerra civil, que teimava em permanecer viva. Sob seu comando os não-conformistas foram duramente reprimidos e premiados com uma série de Atos, conhecidos como *Clarendon Code*, que restringiu ferozmente as liberdades religiosas das seitas puritanas.<sup>88</sup>

O conceito de “Grande Rebelião”, desta forma, torna-se tão partidário quanto o termo “Revolução”, tão criticado pelos revisionistas e por outros historiadores. Contém, em si, a defesa de uma posição e uma experiência político-social em prol da causa monárquica, e, ao mesmo tempo, um coeficiente de temporalização da história que olha para o passado, para a permanência da sociedade aristocrática conhecida e para a manutenção das hierarquias e do poder real. Assim, não nos parece suficiente – tanto quanto a categoria “Rebelião”, discutida anteriormente – para apreender a diversidade de experiências e expectativas inauguradas com a queda da censura e das instituições estatais e eclesiásticas, durante a década de 1640. Frente a isso, caso queiramos ainda fazer uso dos termos utilizados pelos próprios agentes históricos, podemos, por um lado, utilizar a noção de “guerra civil”, neutra e comumente aceita e aplicada para descrever o confronto entre os adeptos da Monarquia e os defensores do Parlamento, ou, por outro, refletir de forma mais cuidadosa sobre os usos e apropriações do conceito de Revolução, durante o seiscentos, percebendo como a historiografia abordou sua utilização pelos coetâneos, além de sua polissemia e das transformações pelas quais passou neste período. Tarefa que iniciamos agora.

Até o significado político do termo se tornar predominante a partir de 1789, indicando uma notável mudança no interior do Estado e da sociedade, na qual o novo se abriria como horizonte possível, Revolução estava ligada majoritariamente a um sentido científico, associado ao movimento circular da órbita dos planetas e outros corpos celestes. O termo vai aparecer tanto em livros de autores heliocêntricos como Copérnico e Galileu, quanto em almanaques e compêndios populares sobre astrologia e astronomia. No entanto, a palavra, derivada do léxico latino (*revolutio*), vai indicar, mais do que apenas o movimento orbital de estrelas e planetas, qualquer processo de retorno no tempo ou no espaço, seja para as coisas celestes, seja para a vida sublunar. No Renascimento o campo semântico do termo se ampliará ainda um pouco mais, compreendendo, inclusive, as ocorrências periódicas, organizadas em estágios ou ciclos.<sup>89</sup> Desta forma, como notou Bernard Cohen, “mesmo a ascensão e queda de civilizações, ou de cultura, como um tipo de fluxo e refluxo das marés, seria chamada uma revolução”.<sup>90</sup>

No século XVII, tanto o sentido astronômico, quando aquele associado a um retorno ou volta dentro de uma sucessão de tempo, se proliferariam pela a Inglaterra. Nos dicionários é esta a interpretação que obtemos da palavra. Em 1611, no *A dictionary of the French and English Tongues*, de Randle Cotgrave, o significado indicado para *revolution*, por exemplo, é: “um giro completo, círculo, um retorno ao seu primeiro lugar, ou ponto; a realização de um curso circular”.<sup>91</sup> Mesmo durante e depois dos anos da guerra civil o sentido de “revolução” continuaria ligado

87 Christopher Hill. *A Revolução Inglesa de 1640*. Porto: Editorial Presença, 1981, p. 15-16; Lawrence Stone. *Op. Cit.*, p. 99.

88 George Southcombe; Grant Tapsell. *Op. Cit.*, p. 9; Christopher Hill. *A Revolução Inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 15-16. Lawrence Stone. *Op. Cit.*, p. 99; Heather D. Thornton. *Op. Cit.*, p. 23; Glenn Burgess. ‘On revisionism: an analysis of Early Stuart historiography in the 1970s and 1980s’. *Op. Cit.*, p. 622.

89 I. Bernard Cohen. ‘The Eighteenth-century Origins of the Concept of Scientific Revolution’. In: *Journal of History of Ideas*. Vol. 37, n. 2, 1976, p. 257-262; Vernon F. Snow. ‘The concept of Revolution in seventeenth-century England’. In: *The Historical Journal*. V. 2, 1962, p. 167-168; Hannah Arendt. *Sobre as Revoluções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 72.

90 I. Bernard Cohen. *Op. Cit.*, p. 262. Tradução Livre [even the rise and fall of civilizations, or of culture, as a kind of tidal ebb and flow, was called a revolution].

91 Consultado em: Lexicons of Early Modern English. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=298-39712> Acesso em: 17 Nov. 2012. Tradução Livre [a full compassing, rounding, turning backe to it

ao significado tradicional nos dicionários ingleses seiscentistas. Na edição de 1658, do *The New World of English Words*, de Edward Phillips, temos: “um retrocesso, o retorno dos corpos celestes até seu primeiro ponto, terminando seu curso circular”.<sup>92</sup> Apenas no século seguinte isto mudaria. É somente após o evento da “Revolução Gloriosa” que teríamos a inserção do sentido político da palavra nos dicionários.<sup>93</sup>

Em outro viés, um meio igualmente importante para a divulgação e popularização do termo e de seu sentido cíclico entre as pessoas comuns foi sua utilização por dramaturgos, poetas e escritores de prosa. Chaucer, por exemplo, já no século XIV, mostrava-se conhecedor do vocabulário astronômico e falava em uma “revolução celestial”, em *The Complaint of Mars*. Shakespeare, em *Hamlet*, na cena do cemitério, se utilizou do príncipe dinamarquês para descrever o inexorável ciclo de vida e morte como uma “fina revolução”. Em *Paradise Lost*, de John Milton, o termo aparece tanto na descrição da translação do sol ao redor da Terra, percebida como uma “inquieta revolução”, que se repetiria dia após dia, quanto, quando se debruça sobre o tema da vida eterna e da morte corporal, dizendo sentir um medo que retornava como uma “terrível revolução”.<sup>94</sup>

No entanto, dentre todos os autores e pensadores, talvez tenham sido os teóricos políticos os mais resistentes e tardios a adotar o vocabulário. Já existiam outros termos para descrever as alterações súbitas no governo e a queda de um governante, cujos significados já estavam determinados desde o fim da Idade Média. Na Inglaterra, autores como Hobbes, Bacon, Coke, etc., frequentemente faziam uso de palavras como “subversão”, “rebelião”, “revolta” que, como foi observado anteriormente, indicavam uma posição política que via a ilegitimidade e perversidade de se atentar contra o monarca instaurado, perturbando as hierarquias e a ordem social.<sup>95</sup> No entanto, o conceito de Revolução vai acabar se embrenhando no campo da política, após os anos de guerra civil. Muitos autores se utilizaram do termo ligado ao seu sentido astronômico ou físico para buscar compreender as mudanças e turbulências que aconteciam nos governos. Desta forma, assim como o corpo humano tem sua trajetória de nascimento e morte, os corpos políticos teriam, igualmente, sua ascensão e declínio. As revoluções aconteceriam naturalmente, toda vez que os Estados se degenerassem a ponto de perder os alicerces que sustentariam sua Soberania. Foi essa a preocupação de muitos teóricos do governo civil, de Thomas Hobbes a James Harrington.<sup>96</sup>

Associada a esta ideia, de que a propriedade física dos Estados leva a um ciclo inexorável de ascensão e degeneração, e, portanto, inatingível ao controle e desejo humano, estava uma outra aplicação política do termo, que se disseminou no século XVII. Esta, apesar de complementar, ao contrário da primeira, não estava preocupada em entender os motivos que levavam à queda de um governante, mas, simplesmente, em descrever esta alternância e circularidade das formas de governo, como uma espécie de retorno à outra constituição, como já interpretavam autores da antiguidade como Aristóteles e Políbio, significando que as dinastias e “as poucas formas conhecidas de governo se repetem entre os mortais num ciclo de recorrência eterna”.<sup>97</sup> Foi esta perspectiva que permitiu a muitos enxergar a própria Restauração da Monarquia como uma Revolução. Utilizando-se deste sentido, como indica Eunice Ostrensky, podemos dizer que a Inglaterra, no meio século XVII, presenciou diversas revoluções, pois vimos a geração e a decadência de diversos governos: uma monarquia, uma república, um protetorado e, ao fim, o seu retorno à forma originária, com a entrada de Carlos II, filho do rei assassinado, na cidade de Londres, em maio de 1660.<sup>98</sup>

---

first place, or point; th'accomplishment of a circular course].

92 Consultado em: *Lexicons of Early Modern English*. Ed. Ian Lancashire. Toronto, ON: University of Toronto Library and University of Toronto Press, 2006. Disponível em: <leme.library.utoronto.ca/lexicon/entry.cfm?ent=497-10138> Acesso em: 17 Nov. 2012. Tradução Livre [a rowling back, the turning back of caelestial bodies to their first point, and finishing their circular course].

93 Vernon F. Snow. *Op. Cit.*, p. 168.

94 *Idem, ibidem*; Ian Rachum. *Op. Cit.*, p. 196-197; John Milton. *Paradise Lost*. New York: Dover Publications, Inc., 2005, p. 154 e 217. Em Shakespeare, o termo aparecerá tanto no quarto de 1604, quanto no fólio de 1623, consultado em: <http://www.thewoostergroup.org/projects/hamlet/Q1Q2F.html> Acesso: 01 dez 2012. Tradução Livre: [hevelish revoluciuon] [fine revolution] [restless revolution] [dreadful revolution].

95 Hannah Arendt. *Op. Cit.*, p. 69; Vernon F. Snow. *Op. Cit.*, p. 169; I. Bernard Cohen. *Op. Cit.*, p. 265.

96 Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 26-28; Vernon F. Snow. *Op. Cit.*; Ian Rachum. *Op. Cit.*, p. 208-215.

97 Hannah Arendt. *Op. Cit.*, p. 72.

98 Eunice Ostrensky. *Op. Cit.*, p. 29.

Desta forma, como vimos até aqui, a palavra estava frequentemente associada ao movimento circular dos astros ou o ciclo de ascensão-queda e alternância das formas de governo, ideia que permaneceu predominante até, pelo menos, o século das Luzes e a Revolução Francesa. No entanto, apesar das críticas que rejeitaram a aplicabilidade do termo para o seiscentos, acreditamos que o conceito tem ainda muito a nos falar sobre os embates políticos e as disputas semânticas entre os dois lados da guerra civil. Se não nos cegarmos pelo paradigma constituído ao redor do vocabulário que analisamos e permanecermos atentos à polissemia que o termo continha neste período, poderemos observar alterações significativas no campo de significado do conceito nos anos posteriores à morte do rei.

Segundo Ilan Rachum, no final da década de 1640 novos sentidos para o termo “revolução” passariam a ser utilizados. Anthony Ascham empregou a palavra em sua obra, *A Discourse Wherein is Examined What is Particularly Lawfull During the Confusions and Revolutions of Government*, de 1648, para defender a causa do Parlamento, considerando a recente alteração no governo como um ato da Providência. Procurou, assim, justificar as mudanças que ocorriam no campo político, por meio de um novo vocabulário, utilizando “‘revolução’ como uma palavra que, ao contrário de ‘rebelião’ e outras, não evocaria uma ideia de ilegitimidade”.<sup>99</sup> Para Rachum, ainda, a obra de Ascham lhe fez famoso e lhe deu notoriedade, em grande parte devido a sua utilização um tanto quanto incomum do termo presente no título do livro.<sup>100</sup>

O novo significado logo causou polêmica e se popularizou, passando a conviver com o campo semântico tradicional do conceito. No início dos anos 1650, o novo sentido da palavra permeou de forma importante o vocabulário político inglês.<sup>101</sup> Sua utilização estava carregada de uma visão providencialista da História, que não deveria ser ignorada. A Revolução seria justa porque inspirada pela sabedoria divina. Desta forma, é importante perceber a força que o discurso religioso teve durante o século XVII. Mesmo que aquela sociedade valorizasse o costume e a tradição, estes apenas seriam mantidos enquanto não entrassem em choque com aquilo que os homens interpretavam como a vontade de Deus. Ao ver a História em uma chave escatológica, enxergando os acontecimentos do presente como sinais divinos, os indivíduos lutaram batalhas e alteraram estruturas políticas acreditando, fielmente, que Deus estava ao seu lado.<sup>102</sup> A ação da providência torna-se uma força de mudança irresistível. “Para muitos”, como indicou Burgess, “a Revolução Inglesa desencadeou um Deus ativo contra as leis, instituições e costumes do mundo”.<sup>103</sup>

Esta ligação com a Providência e com a legitimidade divina para a ação fez com que, no início da década seguinte, o termo se proliferasse e estivesse presente inclusive nos discursos do governante inglês. Oliver Cromwell, em sua primeira fala no Parlamento do Protetorado, em 1654, procurou se aliviar das responsabilidades pelo fim da República e por sua ascensão a Lorde Protetor, atacando duramente aqueles que imputavam causas humanas – os interesses pessoais do governante – à recente Revolução.<sup>104</sup> Como disse: “Deus sabe o que fará com os homens quando chamarem Suas Revoluções de Desígnios humanos, e assim diminuir sua Glória, quando elas não foram previstas, mas inesperadas Providências nas coisas”.<sup>105</sup> Em um mundo onde se acreditava que Deus era a justificativa e o verdadeiro feitor das mudanças, e no qual os seres humanos eram vistos como criaturas pecadoras e corrompidas, creditar à Providência as alterações ocorridas na ordem política era uma maneira de se eximir das acusações de almejar o

99 Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 199. Tradução Livre [“revolution” as a word that, unlike “rebellion” and others, would not evoke an idea of illegitimacy].

100 *Idem*, p. 202.

101 *Idem*, p. 204.

102 G. Burgess ‘Radicalism and the English Revolution’. *Op. Cit.*; Christopher Hill. ‘A Providência e Oliver Cromwell’. In: \_\_\_\_\_. *O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a revolução inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; Christopher Hill. ‘God and the English Revolution’. In: *History Workshop*, n. 17, 1984; Christopher Hill. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. *Op. Cit.* Ver capítulo I.

103 G. Burgess. ‘Radicalism and the English Revolution’. *Op. Cit.*, p. 68. Tradução Livre [the English Revolution unleashed an active God against the laws, institutions and customs of the world].

104 Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 199-206.

105 Oliver Cromwell *Apud* Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 206. Tradução Livre [God knows what he will do with men when they shall call His Revolutions humane Designs, and so detract from his Glory, when they have not been fore-cast, but sudden Providences in things].

poder devido aos próprios interesses. Deus, e não o homem, era o verdadeiro revolucionário.<sup>106</sup>

Todavia, alguém poderia objetar que as alterações estavam ainda condicionadas ao que os homens acreditavam ser a mão da Providência Divina e, dessa forma, distantes do que seriam realmente as intenções humanas. Embora não seja profícua uma separação radical entre vontade divina e humana para o século XVII – afinal, eram os próprios agentes históricos que interpretavam das formas mais diversas, as escrituras, as visões, as profecias, etc. –, podemos perceber, igualmente, no mesmo período, o aparecimento do termo em tons mais seculares. Isto se deve, provavelmente, à influência de certas experiências estrangeiras. Alguns autores italianos, ao descreverem as diversas revoltas que afetavam o Império espanhol na década de 1640, incorporaram ao título de suas obras a palavra *rivoluzioni*, como uma forma de nomear aquelas insurreições.<sup>107</sup> Como indica Ilan Rachum, essas obras renovaram substancialmente o significado do termo, passando a utilizar “‘revolução como uma alternativa para ‘revolta’ e ‘rebelião’ em um tempo em que mais lugares na Europa, a Inglaterra incluída, estavam passando por crises políticas e debatendo suas consequências”.<sup>108</sup>

Este novo sentido, ao que parece, entrou na Inglaterra em 1650, quando James Howell traduziu a obra de Alessandro Giraffi, sob o título de *An Exact Historie of the Late Revolutions in Naples*. Em comparação com outros autores, Howell, não apenas em suas traduções, mas também em suas obras posteriores, “tende a um sentido mais secular de ‘revolução’”, o que estaria intimamente ligado ao seu amplo conhecimento do idioma italiano, já que, como autor de dicionários, deveria estar familiarizado com o sentido político de *rivoluzione*, presente em um famoso dicionário florentino, editado em 1612 e 1623.<sup>109</sup> Sob esta perspectiva, o termo não estaria amparado em um viés providencialista, mas, ao contrário, associado à vontade e às ações humana. Isso fez com que Howell comparasse Oliver Cromwell, por quem nutria grande admiração, com “Carlos Martel na poderosa Revolução na França, quando ele introduziu a segunda geração de Reis” e percebesse benéficos e inovações importantes para a Inglaterra, trazidas pela qualidade de tal governante.<sup>110</sup>

Apesar destes novos significados que surgiram e se disseminaram na década de 1650, com a Restauração esta utilização do conceito caiu em desuso. Os regalistas tentaram enfatizar o termo “rebelião”, na explicação para os anos de guerra civil, rejeitando o ambíguo “revolução”, pois este poderia, de alguma forma, aliviar as responsabilidades dos rebeldes com relação aos acontecimentos dos anos anteriores. A palavra que foi utilizada, algumas vezes, para legitimar as ações do Parlamento, inspiradas pela mão da Providência ou, em um sentido mais secularizado, à tomada do poder e os feitos de Oliver Cromwell na Inglaterra, deveria ser evitada. A nova situação política instaurada com o retorno de Carlos II impediu o desenvolvimento do termo em moldes mais modernos.<sup>111</sup> Mesmo que, muitas vezes, estivesse prenhe de uma conotação religiosa, o conceito de “revolução”, que dividiu espaço com os sentidos tradicionais nos anos revolucionários, trouxe legitimidade às ações humanas para questionar e alterar a ordem estabelecida, porque amparadas pela vontade divina. Com a interdição promovida pela Restauração, o campo semântico da palavra foi igualmente restaurado. “Revolução” não seria mais um conceito que traria legitimidade às ações do Parlamento, mas apenas, em seu contexto político, um termo que descreveria as alternâncias nas formas de governo.

No entanto, algo havia mudado. As ideias, os debates e as novas perspectivas políticas que emergiram nos anos de guerra civil e Interregno, em alguma medida, preparariam o terreno para as sublevações futuras. Em 1688, os coevos entendiam que o que estava acontecendo era uma Revolução. No século XVIII, o significado político do termo se espalharia pelos dicionários e

106 *Idem*, p. 199-206; G. Burgess. ‘Radicalism and the English Revolution’. *Op. Cit.*, p. 78-80.

107 Os livros são: *Delle rivoluzioni di Catalogna* (1644), de Luca Assarino; *Historia delle rivoluzioni del regno di Portogallo* (1646), de Giovanni Battista Birago Avogadro; *Le rivoluzioni di Napoli* (1647), de Alessandro Giraffi; e *Delle rivoluzioni della città di Palermo* (1649), de Placido Reina. Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 197.

108 *Idem*, p. 198-99. Tradução Livre [‘revolution’ as an alternative to ‘revolt’ and ‘rebellion’ at a time when more places in Europe, England included, were undergoing political crises and debating their outcome].

109 *Idem*, p. 207-208. Tradução Livre [tends to a more secular meaning of ‘revolution’]

110 *Apud*. Ilan Rachum. *Op. Cit.*, p. 208. Tradução Livre [“Charles Martell in the mighty Revolution in France, when he introduced the second race of Kings”].

111 *Idem*, p. 214-215.



pela *Enciclopedié*, até que em 1789, o sentido científico tradicional do conceito seria jogado para segundo plano de forma inexorável. A Revolução Francesa foi um acontecimento fundamental para a alteração do campo semântico da palavra por toda Europa. Apesar das críticas revisionistas e mais nominalistas, que tentaram esvaziar o conceito de revolução de qualquer implicação política ou vontade de mudança no seicentos, foi nesse período que, como indica Christopher Hill, “a palavra veio a adquirir seu sentido moderno”,<sup>112</sup> mesmo que, ainda, tenha demorado muito tempo para se tornar o significado predominante.

Em alguma medida, essas guerras semânticas do passado se transfiguraram em nosso presente, nos debates historiográficos sobre a utilidade de nossas categorias de compreensão dos eventos pretéritos e sobre as formas que possuímos para se pensar uma Revolução. Assim que o conflito terminou e o sangue parou de jorrar, como disse, certa vez, R. Hutton, o combate se embrenhou nos papéis.<sup>113</sup> Continuamos discutindo e enfatizando nossas escolhas entre “Revolução” e “Rebelião”, a validade destes termos e as implicações que carregam. Mesmo com as armas embainhadas, a luta continuou nos livros durante os séculos, seja na luta entre *Whigs e Tories*, seja entre liberais e marxistas, seja entre revisionistas e pós-revisionistas. A guerra não dividiu apenas os exércitos, mas opôs, igualmente, “teorias da história”.<sup>114</sup> No fundo, talvez Kevin Sharpe esteja correto e permanecemos “todos nós de coração ou Regalistas ou Cabeças-redondas”.<sup>115</sup>

Como tentamos mostrar, a adoção de um termo não está separada dos fundamentos metodológicos ou políticos que levaram seus defensores a empregá-lo, tanto como categoria, quanto conceito. Desta forma, acreditamos que os pressupostos revisionistas são insuficientes para negar a utilidade da noção de “Revolução” para a Inglaterra seiscentista. A narrativa política e as análises de curta duração fornecem uma interpretação distante da noção de totalidade, tanto temporal, na relação entre passado-presente-futuro, quanto social, nos fenômenos e eventos ocorridos no interior da sociedade; aspectos por nós procurados. A categoria “rebelião”, talvez, se faça útil do ponto de vista do poder e a partir de uma análise que ignore as explicações de longo prazo, que se limita a explicar as causas do fogo pelo fósforo do fumante e não pela força expansiva dos gases, para utilizar a metáfora de Pierre Villar.<sup>116</sup> Ou seja, que vê o conflito entre Rei e Parlamento como um mero acidente de percurso, surgido em céu aberto e em uma sociedade conservadora, hierárquica e consensual. Nessa perspectiva, só pode ter acontecido, de fato, uma (Grande) Rebelião. No entanto, essa categoria seria pouco pertinente em análises que buscam as causas ocultas, as tensões sociais subjacentes de longo termo ou mesmo silenciadas, assim como a voz daqueles grupos e indivíduos que queriam virar o mundo de ponta-cabeça e carregavam em seus discursos a expectativa da mudança social. Nesta perspectiva, “Revolução” seria o termo mais adequado.

Igualmente, compreendemos como insatisfatórias as abordagens mais nominalistas, que buscam o vocabulário político pretérito, mas que, no entanto, não problematizam estes termos dentro dos embates coevos, pela supremacia de um significado e legitimidade de uma ação. Não podemos esquecer que o conceito de “revolução”, assim como o de “rebelião”, é fruto de uma experiência social real, que ultrapassa as dimensões meramente linguísticas de uma palavra. A batalha semântica que envolve a supremacia de um termo sobre os outros, revela ao historiador a luta pulsante pelas configurações e projetos existentes na sociedade, além das experiências e expectativas dos diversos indivíduos no concerto político.<sup>117</sup> Na Inglaterra seiscentista, o conceito de “revolução”, enquanto pôde, foi utilizado por alguns para defender a causa do Parlamento e do governo instaurado após a morte de Carlos I. No outro lado, os agentes regalistas preferiram o termo “rebelião”, ou “Grande Rebelião”, como uma forma de deslegitimar as ações de seus opositores e de interditar a memória dos belicosos anos da guerra civil, após a Restauração. A palavra foi feita arma e devemos estar atentos sobre isso.

112 Christopher Hill. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Op. Cit., p. 28.

113 Apud R. C. Richardson. Op. Cit., p. 1.

114 *Idem, Ibidem*.

115 Apud *Idem, ibidem*. Tradução livre [We are all at heat either Royalists or Roundheads].

116 Pierre Villar. Op. Cit.

117 Reinhart Koselleck. Op. Cit., p. 101-103

Apesar de nossa defesa, é importante ressaltar que não privilegiamos uma noção de “Revolução” como uma ruptura inexorável com o passado, na qual o antigo se desmancha ao ar e o moderno surja como aurora de um novo tempo. Continuidades e mudanças não são dicotomias inconciliáveis. Como tentamos mostrar, às vezes, um argumento político que parece novo esconde formas de pensamento que permaneceram presentes no imaginário ou comportamento das pessoas durante épocas. Nesse sentido, não vemos a Revolução Inglesa como uma separação definitiva em relação à sociedade tradicional, como pretenderam muitos historiadores do século XX. Ao mesmo tempo, não é possível assumir a posição revisionista e ignorar sua importância histórica. Restaurar a relevância da guerra civil inglesa do século XVII e suas consequências nos parece algo imprescindível. Nela, muitas ideias radicais floresceram, algumas vezes, amparadas por um discurso religioso, outras, pelas experiências trazidas de épocas distintas, mas que, indiscutivelmente, teriam influências e marcas profundas em eras vindouras. A “Revolução” não se deu a partir de uma ruptura com os tempos e homens do passado. Essa perspectiva estreita de que uma ação revolucionária renova tudo nos parece um tanto quanto ingênua. Foi por meio das continuidades, de sua relação com épocas e vivências pretéritas, que os agentes históricos questionaram as hierarquias, a sociedade vigente, justificaram a condenação pública de um rei, trouxeram inovações ao conceito de “Revolução” e projetaram um mundo novo, para terror dos defensores da ordem, das hierarquias e do poder real. Houve, como indicou Glenn Burgess, diversas guerras religiosas e rebeliões aristocráticas durante a Idade Moderna. A Europa no meio século XVII presenciou severas insurreições e conflitos, o que chegou a ser chamado, inclusive, de “crise geral”. No entanto, nenhum desses eventos pode ser comparado aos acontecimentos ocorridos na Inglaterra seiscentista. Uma mera revolta baronial jamais poderia produzir, por exemplo, um pensador como Gerrard Winstanley. Apesar de todas as permanências e reproduções do passado, a originalidade e o radicalismo atingidos fazem do caso inglês algo único dentro do contexto europeu.<sup>118</sup> Por tudo isso e pelas questões expostas até aqui, defendemos a utilidade da categoria “Revolução”.

Esta preferência, no entanto, provém de um processo complexo e não como uma simples opção de ferramenta disponível à mão e (im)posta *a priori*. Essa escolha é um caminho que precisa ser percorrido de forma calma, lenta e buscando uma autorreflexão constante. Para isso, há a teoria da história, que “examina a própria pesquisa e as teorias que ela utiliza para alcançar seus objetivos”.<sup>119</sup> A partir disso, podemos analisar a utilidade e os problemas nos usos de uma categoria e de um conceito histórico. Ao mesmo tempo em que uma teoria sem *práxis* – um modelo exageradamente idealista – não se sustentaria caso fosse questionada pela pesquisa empírica, uma teoria submetida cegamente à riqueza cotidiana – um modelo excessivamente empirista – seria insatisfatória caso se limitasse a apontar essa diversidade, sem procurar uma reflexão sobre si e sobre a estrutura que descreve.<sup>120</sup> Se os modelos fechados, utilizados como um instrumental anterior para analisar as ocorrências revolucionárias – como, por exemplo, o de uma Revolução Burguesa – foram duramente criticados por não representarem de maneira satisfatória as experiências dos agentes históricos envolvidos na guerra civil inglesa do século XVII, igualmente se mostraram falhas as interpretações revisionistas, com sua pesquisa empiricista, sua narrativa política tradicional e explicações de curta duração atomizadas. É necessário um equilíbrio entre os dois extremos. A inexistência de certos elementos importantes em alguns modelos teóricos, como as classes ou grupos opositores a conspirar pela mudança social e pela ação revolucionária e, às vezes, não encontrados na vivência concreta dos sujeitos pretéritos, não deveria ser um motivo realmente relevante para negar a utilidade da categoria “Revolução” como ferramenta de análise histórica, mas apenas a eficiência de certos tipos de interpretações, aplicadas a determinados contextos.<sup>121</sup> Uma categoria não é uma prisão intransponível, mas uma ferramenta útil ao historiador e que sempre deve ser balanceada entre o empírico e o teórico.

118 Glenn Burgess. ‘On revisionism: an analysis of Early Stuart historiography in the 1970s and 1980s’. *Op. Cit.*, p. 625-627; Christopher Hill. *O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. *Op. Cit.*, p. 117-155.

119 Jörn Rüsen. *Op. Cit.*, p. 17.

120 *Idem*, p. 20; Pierre Villar. *Op. Cit.*, p.53.

121 Christopher Hill. ‘E agora? Para onde vai a historiografia marxista?’. *Op. Cit.*, p. 147.

Nossa intenção neste texto não foi negar a utilidade da categoria “Rebelião”, mas indicar nossa preferência pelo termo “Revolução”, explicitando as questões metodológicas envolvidas nessa escolha. Acreditamos, com Michel de Certeau, que na escrita da história “só uma distorção permite a introdução da ‘experiência’ numa outra prática, igualmente social, mas simbólica, escriturária”.<sup>122</sup> Assim, da mesma forma que uma música registrada em uma partitura não será exatamente igual a sua execução ao vivo, ou um mapa ao território representado, uma categoria não apreenderá, sem distorções, a vida social. Teoria e história carregam consigo uma tensão irresoluta, mas que move a historiografia e faz dela “um processo dinâmico”.<sup>123</sup> Uma categoria, desta forma, não é a descrição perfeita da realidade, mas, é, ainda sim, uma ferramenta importante para tentar lhe dar sentido. Entre “Revolução” e “Rebelião”, a primeira nos parece ser o instrumento mais apropriado para descrever os eventos ocorridos no século XVII inglês, pois, como sugeriu Christopher Hill, e concordamos com isso, seria preciso “um apelo muito forte para afirmar que o que houve não foi uma revolução, que não teve causas ou conseqüências a longo prazo”.<sup>124</sup> Da mesma forma, uma palavra, embora possa ser neutra e inocente, pode, igualmente, ao se transformar em conceito, ser feita instrumento de luta na dinâmica político-social em que foi aplicada. É ingenuidade achar que a simples existência ou inexistência de um termo possa explicar experiências tão diversas. Apesar de o vocabulário ser uma importante dimensão para se compreender uma sociedade, como já dissemos anteriormente, muitas vezes, o campo semântico acessível aos agentes históricos é bastante limitado e se mostra aquém das ações humanas nos embates políticos coevos. No entanto, caso se busque analisar os conceitos que os homens e mulheres se utilizavam em seu presente, os historiadores devem estar atentos às escolhas que aqueles fizeram, se quiserem utilizar, conscientemente, estes termos como um instrumento de compreensão e inteligibilidade de uma realidade e das experiências políticas e sociais de uma época. Caso contrário, continuaremos a tatear no escuro como no início.

Artigo recebido para publicação em 15 de fevereiro de 2013.

---

122 Michel de Certeau. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 92.

123 Jörn Rüsen. *Op. Cit.*, p. 29.

124 Christopher Hill. ‘E agora? Para onde vai a historiografia marxista?’. *Op. Cit.*, p. 147